

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.594 - RO (2019/0266157-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : BANCO RODOBENS S/A
ADVOGADOS : JEFERSON ALEX SALVIATO - SP236655
EDUARDO RIHL CASTRO E OUTRO(S) - RS079243
RECORRIDO : COOLPEZA - SERVICOS DE LIMPEZA URBANA EIRELI
ADVOGADO : ROMILDO FERNANDES DA SILVA E OUTRO(S) - RO004416

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Ação de busca e apreensão. Acordo prévio. Ajuizamento indevido. Devolução do bem. Restituição. Impossibilidade. Conversão em perdas e danos. Astreintes. Multa. Litigância de má-fé.

Os embargos de declaração não foram acolhidos (e-STJ, fls. 418/427).

Alega violação dos artigos 3º, § 1º, do Decreto-Lei 911/69, 79 e 80 do do Código de Processo Civil/2015.

Sustenta a possibilidade de consolidação da propriedade do bem móvel quando a mora não é purgada integralmente no prazo de 5 (cinco) dias da execução da liminar, bem como ausência de acordo para quitação das parcelas vencidas.

Alega ausência de litigância de má-fé.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 430/449).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Da análise dos autos, verifica-se que a discussão a respeito da possibilidade de consolidação do bem móvel quando da ausência de purga integral da mora no prazo de 5 (cinco) dias da execução da liminar não foi objeto de exame pela instância ordinária, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, carecendo, portanto do requisito indispensável do prequestionamento, do qual não estão isentas

Superior Tribunal de Justiça

sequer as questões de ordem pública. Incidem, na hipótese, os óbices das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) -
AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO
MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO.
INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Em relação ao artigo 396 do Código Civil, incidem os enunciados das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de prequestionamento, porquanto a matéria contida em tal dispositivo não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

2. A despeito de o insurgente afirmar não ter manejado o reclamo com base na alínea "c" do permissivo constitucional, em uma simples leitura da folha de apresentação do recurso especial depreende-se que o apelo foi interposto com fundamento "nas alíneas 'a' e 'c' do inciso III do artigo 105 da Constituição da República". Assim, não tendo a parte logrado comprovar o referido dissenso jurisprudencial, adequada a monocrática que não conheceu do recurso no ponto.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.112.475/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19.10.2017, DJe 25.10.2017).

A propósito do assunto, persistindo a omissão, caberia à parte alegar no recurso especial a afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento, o que não ocorreu na hipótese.

Nesse sentido:

EXECUÇÃO FISCAL AGRAVO REGIMENTAL NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO AUSÊNCIA DE
IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA FALTA DE
PREQUESTIONAMENTO.

(...)

2. A Corte de origem não analisou a questão da inépcia da petição inicial à luz do art. 267, inciso IV, do CPC, o que evidencia a ausência de prequestionamento do recurso especial. Aplicação do enunciado da Súmula 211 do STJ.

3. Ao persistir a omissão, no acórdão recorrido, após o julgamento dos embargos de declaração, imprescindível a alegação de violação

Superior Tribunal de Justiça

do artigo 535, do Código de Processo Civil, quando da interposição do recurso especial, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 667544/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, SEGUNDA TURMA, DJ 22/09/2006)

No que concerne ao acordo firmado entre as partes com fins de afastar a inadimplência da ora recorrida e a consequente aplicação da penalidade de multa por litigância de má-fé, a Corte local consignou o seguinte (e-STJ, fls. 390/391):

Pois bem. Da análise dos autos, vejo que, de fato, a apelada estaria inadimplente, contudo demonstrou que os litigantes teriam firmado acordo, no qual a apelada pagaria, de imediato, as parcelas vencidas até fevereiro/2017, por meio de boleto bancário, com vencimento em 19/4/2017, e as demais parcelas a partir de novos boletos atualizados que seriam enviados pelo próprio apelante.

Embora o apelante afirme que o acordo não se efetivou por não ter havido consenso entre as partes, os e-mail juntados pela apelada (fls. 130, 131, 135-140) demonstram as tratativas para o pagamento do débito e, especificamente, o documento (fl. 132) comprova o pagamento da primeira parcela, no valor de R\$ 18.900,83, realizado em 19/4/2017, ou seja, antes do ajuizamento da ação (8/5/2017). Como dito, as demais parcelas seriam pagas após o envio dos boletos atualizados pelo banco, contudo, pelo teor dos e-mails apresentados nos autos, verifica-se que o banco permaneceu inerte. Desse modo, não há como imputar à apelada a responsabilidade pelo não pagamento das demais parcelas, pois se extrai dos e-mails enviados ao apelante que a apelada não mais conseguia emitir os boletos correspondentes às faturas atrasadas via e o contato por telefone estava difícil, pois não havia internet e o contato por telefone estava difícil, pois não havia retorno.

É importante ressaltar que, com o ajuizamento da ação de busca e apreensão, a apelada procedeu ao depósito judicial das parcelas.

Diante de tais fatos, está demonstrado, de um lado, a boa-fé da apelada no empenho para a regularização dos contratos e, de outro, a má-fé do apelante, que, mesmo diante das tratativas, insistiu no ajuizamento e prosseguimento do feito.

Por estar comprovada a existência de acordo entre as partes, o ajuizamento da ação de busca e apreensão deve ser considerado indevido, tal como decidiu o juízo de origem.

Superior Tribunal de Justiça

(...)

Sobre o pedido de afastamento da multa por litigância de má-fé, tenho que não procede. O ajuizamento da ação, neste caso, não pode ser considerado engano justificável, sendo evidente a conduta maliciosa do apelante.

Em arremate, o acórdão dos embargos de declaração, fundamentou que (e-STJ, fl. 420):

O embargante sustenta que a embargada tem a intenção de realizar o pagamento apenas das parcelas vencidas, após a apreensão dos bens, contrariando a permissão legal, contudo, não é o que se vê nos autos, tanto que esta continuou depositando judicialmente o valor das parcelas, o que também constou do acórdão.

Assim, não há como considerar legítimo o ajuizamento da busca e apreensão, notadamente porque deve ser priorizada a possibilidade de conciliação entre as partes diante do que preconiza o Código de Processo Civil de 2015.

Dito isso, o acolhimento das razões do recurso, no sentido de afastar a litigância de má-fé, ou reconhecer a inexistência de acordo entre as partes, demandaria inevitável reexame de conteúdo fático-probatório, o que encontra óbice no verbete n. 7 da Súmula desta Corte. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. INTERPOSIÇÃO VIA CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL). INADMISSIBILIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A jurisprudência desta Corte de Justiça firmou o entendimento de não ser admissível recurso interposto via correio eletrônico (e-mail).

3. Não há como excluir a imposição de multa por litigância de má-fé quando tal providência demandar o reexame do contexto fático-probatório, como na hipótese.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1752.927/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 8.10.2018, DJe 15.10.2018)

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO
CONDENATÓRIA - CONSÓRCIO - DECISÃO
MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.
IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. Na devolução das parcelas pagas por consorciado desistente ou excluído, haverá a incidência dos juros moratórios após o trigésimo dia do encerramento do grupo consorcial. Precedentes.

2. É iterativa na jurisprudência deste Tribunal Superior ser incabível a abertura desta instância extraordinária para a discussão acerca da ocorrência de litigância de má-fé, por ser necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é obstado pela Súmula 7/STJ.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte superior, é possível a condenação à devolução em dobro somente quando restar demonstrada a má-fé na cobrança de valores. A aferição de existência ou não da referida má-fé ensejaria o necessário reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta instância extraordinária ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.513.710/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, Julgado em 7.8.2018, DJe 17.8.2018).

Em face do exposto, nego provimento ao recurso.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora